

Lei Nº 1.215/2015

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a Incluir no Saldo Devedor do Plano de Amortização, Instituído Pela Lei Municipal Nº 1.140/2011, o Valor Correspondente ao Déficit Atuarial da Avaliação Atuarial 2015, Inclui/Altera o Anexo Único a Lei Municipal Nº 1.140/2011, e dá Outras Providências”.

José Nilton da Silva, Prefeito Municipal de Angelina, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a incluir ao saldo devedor do Plano de Amortização, instituído nos termos da Lei Municipal Nº 1.140/2011, o valor correspondente ao déficit atuarial da Avaliação Atuarial 2015, que totaliza R\$ 5.478.198,99 (*cinco milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, cento e noventa e oito reais e noventa e nove centavos*) posicionado em 31/12/2014, devendo ser atualizado para 31/12/2015.

§1º O valor do déficit atuarial contido no *caput* deste artigo será atualizado, no período de diferimento, compreendido entre 31/12/2014 a 31/12/2015, pelos mesmos índices e taxa de juros previstos na Lei Complementar Municipal Nº 1.140/2011.

§2º A primeira parcela que será paga considerando a inclusão do valor indicado no *caput* deste artigo será no mês de janeiro de 2016, com vencimento até o dia 10/02/2016.

§3º O valor de cada parcela será calculado nos termos do art. 4º da Lei Municipal Nº 1.140/2011, observando-se também o disposto no art. 8º do mesmo instrumento legal.

Art. 2º Em consequência da atual situação financeira-orçamentária do Município de Angelina, ficam pré-determinados os valores das prestações a serem pagas nos anos de 2016 a 2020, sem quaisquer prejuízos da evolução do saldo devedor no aludido período, conforme determinado pela Lei Municipal Nº 1.140/2011, de acordo com o cronograma que segue:

- Janeiro/2016 a Dezembro/2016: R\$ 14.000,00;
- Janeiro/2017 a Dezembro/2017: R\$ 16.500,00;
- Janeiro/2018 a Dezembro/2018: R\$ 19.000,00;
- Janeiro/2019 a Dezembro/2019: R\$ 21.500,00; e
- Janeiro/2020 a Dezembro/2020: R\$ 24.000,00.

Art. 3º Se os critérios do Plano de Amortização, previsto nesta Lei, resultarem em desequilíbrio financeiro-atuarial do plano de custeio do ANGEPREV, estes deverão ser objeto de repactuação com base em parecer atuarial.

Art. 4º Em decorrência da reavaliação atuarial, o saldo devedor referente ao Plano de Amortização parcelado, conforme o disposto nesta Lei, poderá ser revisto a qualquer tempo.

Art. 5º Fica incluído/alterado o *Anexo Único* da Lei Municipal N º 1.140/2011, que dispõe sobre a evolução de todo o período do respectivo Plano de Amortização e que é parte componente desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 15 de Dezembro de 2015

José Nilton da Silva
Prefeito Municipal